

CONSTRUÇÕES DIALÓGICAS DE SABERES DOS PROFESSORES DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS

Márcia Maria Brandão*
marciammbrandao@hotmail.com
Dejahyr Lopes Junior**
dejahyr.lopes@ifms.edu.br
Vera Lucia Gomes***
vera.lucia@ufms.br

RESUMO

Considerando a importância do atendimento educacional especializado, garantido para os alunos com necessidades educacionais especiais, desde a Constituição Federal de 1988, surgiu a necessidade de analisar as construções dialógicas dos saberes dos professores de salas de recursos multifuncionais, das escolas estaduais do município de Campo Grande – MS. A análise foi realizada utilizando abordagem qualitativa de pesquisa. Os dados foram coletados a partir de pesquisa documental e como procedimento metodológico de trabalho utilizamos a pesquisa-ação, participando e mediando as discussões e reflexões realizadas quinzenalmente, por cinco professores de cinco escolas estaduais, durante três meses. Após análise dos dados, observamos que as discussões foram focadas nas potencialidades dos estudantes, nos planejamentos e estratégias utilizadas para sua aprendizagem. Percebemos as experiências isoladas baseadas nas próprias atividades e conhecimentos e, que nas discussões deixaram de ser isoladas tornando-se coletivas, onde diversas alternativas foram encontradas e sugeridas para minimizar as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Os espaços destinados ao atendimento são adequados, bem estruturados, arejados, com mobiliários e equipamentos adequados, recursos de tecnologia e materiais didáticos pedagógicos. Existe o comprometimento dos órgãos responsáveis e dos profissionais envolvidos, porém os professores apresentaram sentimento de solidão, frustração, sofrimento, indignação e ansiedade de forma intensa. Diante do exposto, verificamos a importância da troca de experiências que resultaram em mudanças na prática pedagógica do professor. Percebemos que o cooperativismo minimizou o sentimento de solidão, a sensação de não ser o único com dificuldades e possibilitou um canal de comunicação, em que um apoia o outro, sendo responsáveis por seu processo de conhecimento, atuação e atualização.

Palavras-chave: inclusão; atendimento educacional especializado; educação especial.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular ganhou forças nos últimos 20 anos e foi conquistada após muitas discussões e lutas por militantes dos direitos humanos e movimentos sociais. O acesso à escola comum tem aumentado significativamente dia após dia e vem preocupando todos os integrantes da comunidade escolar, sobretudo quando nos

* Graduada em Pedagogia, especialista em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, professora da Secretaria Municipal de Educação do Mato Grosso do Sul.

** Graduado em Engenharia Civil, Licenciado em Matemática, Doutor em Educação, professor do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS).

*** Graduada em Pedagogia, Especialista em Educação Especial e Inclusiva, Mestre em Educação, professora da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS/Campus Aquidauana.

colocamos a pensar na formação dos profissionais envolvidos e nos processos educativos desenvolvidos para a permanência desses alunos.

Diversas leis, resoluções, decretos e políticas públicas foram criadas a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), da Declaração de Salamanca (1994), da Constituição Federal (1988), com vistas a garantir uma educação inclusiva.

Segundo *Carbonari* (2008),

A discussão sobre políticas públicas tem por princípio estabelecer um diálogo e uma reflexão sobre os grupos marginalizados socialmente, por meio de implantação de projetos que ampliem as possibilidades de acesso e inclusão das pessoas, independente de sua classe social, sua cor, raça e etnia, deficiência, escolha política, religiosa ou orientação sexual. (CARBONARI, 2008, p.24)

Dentre os documentos legais que referendam as implantações das políticas públicas, citamos a Lei 1098/94, Política Nacional de Educação Especial e Inclusiva (BRASIL, 2008), Decreto 6571/2008, Resolução CNE/CEB N.04/2009, Decreto 7611/2011, Lei 13.146/2015, Programa de implantação de Sala de Recursos Multifuncionais (BRASIL, 2010), Programa Viver sem Limites (BRASIL, 2011), Programa Escola Acessível (BRASIL, 2012), entre outros. No entanto, mesmo com a existência dos citados, ainda encontramos muitas barreiras que precisam ser ultrapassadas para que o aluno tenha acesso, permanência e desenvolvimento acadêmico junto aos demais.

Com a elaboração da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008), o atendimento educacional especializado – AEE, previsto desde a Constituição Federal (BRASIL, 1988), foi implantado na rede pública de ensino. O AEE tem a função de:

identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p.10)

Esse AEE surge para auxiliar no atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais – NEE, nos desafios e preocupações da escola comum e na prática pedagógica dos professores. Podem fazer parte do referido atendimento os alunos público-alvo educação especial, que segundo a Resolução 04/2009 (BRASIL, 2009), são:

alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009, p.1)

O acesso desses alunos ao ensino regular, levou as escolas a reverem seus conceitos, suas estruturas físicas, organizacionais e suas metodologias, suscitando dúvidas e questionamentos relacionados à inclusão como: qual a formação do professor para atuação com alunos com deficiência? Que atendimentos educacionais especializados são oferecidos? Qual a melhor metodologia a ser utilizada e, qual o reflexo do AEE em sala de aula? Essas, dentre outras questões, têm preocupado todos os envolvidos no processo de inclusão, considerando a responsabilidade de cada um.

Diante desses questionamentos, desenvolvemos esse trabalho a partir da pesquisa-ação, elemento propulsor para transformação da realidade dos professores envolvidos no processo de inclusão, por meio de reflexões sobre sua prática a partir das construções dialógicas de seus saberes.

Corroborando com Lopes Jr:

entendemos que trabalhar a conexão sujeito/saber, com professores em serviço possibilite, ao mesmo tempo, um olhar diferenciado sobre sua formação inicial e continuada, bem como sua prática pedagógica, de modo que os mesmos possam desenvolver um processo de crescimento pessoal e profissional baseados na reflexão crítica e, acima de tudo, numa proposta transformadora de sua realidade. Uma proposta de trabalho que extrapola o paradigma do professor reflexivo, que reflete sobre sua própria prática, e avança no sentido de levar esse professor a desenvolver ações e/ou estratégias que visem à solução de problemas coletivos (LOPES JR., 2011, p.14).

Portanto, o atendimento do professor da sala de recursos multifuncional foi analisado a partir de suas responsabilidades, competências e formação, que muitas vezes se veem sozinhos no processo de inclusão e encontram no diálogo e troca com outros professores, alternativas para aprimorar seu atendimento.

Para organização deste artigo, analisamos documentos oficiais, envolvendo informações escolares, como censo escolar, relatórios de dados da Coordenadoria de Políticas para Educação Especial/Secretaria de Estado de Educação – SED/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010). Analisamos também a formação e a prática educativa do professor que atua no

atendimento educacional especializado, a partir da constatação do seguinte problema: como o professor está atuando nas salas de recursos multifuncionais? Para responder a esta questão problema, levantamos alguns questionamentos como: o local que funciona a sala é condizente com o perfil dos alunos que atende? Como acontece o apoio e a orientação da equipe especializada para alcançar os objetivos do AEE? Como o professor organiza seus estudos e planejamentos? A partir desses questionamentos, apresentamos a proposta de investigação sobre as construções dialógicas de saberes dos professores das salas de recursos multifuncionais. Pretendemos assim, compreender o saber fazer desse professor, as dificuldades existentes no AEE e a busca por alternativas para superá-las e aprimorar o atendimento.

2 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MATO GROSSO DO SUL

A Política de Educação Especial da Rede Estadual de Ensino do MS, segundo Carbonari (2008) *apud* Granemann (2005), teve início oficialmente a partir do Decreto nº 1.231, de 23/08/81, que implantou a Diretoria de Educação Especial e o Centro Regional de Assistência Médico-Psicopedagógico e Social (CRAMPS), que oferecia o serviço de atendimento precoce e distúrbios de aprendizagem. Diversas deliberações foram criadas pelo Conselho Estadual/MS, ao longo dos anos, para normatizar os serviços especializados. Vários atendimentos eram oferecidos em escolas e classes especiais, unidades, núcleos, e centros de atendimentos que realizavam triagem, inclusão do deficiente no mercado de trabalho, prevenção, capacitação, psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, informática educativa, assistência social, apoio a pais e professores, encaminhamentos para serviços de saúde e atendimento educacional especializado em sala de recursos, organizadas por deficiência.

Em pesquisa realizada na Secretaria de Estado de Educação/MS, por meio de entrevista com a coordenadora responsável pela execução das políticas públicas em educação especial da rede estadual de ensino, obtivemos a informação de que a Coordenadoria de Políticas para Educação Especial/SED/MS, tem por finalidade estabelecer ações que contribuam para mudanças sociais e políticas, realizando formação continuada, acompanhamento às famílias e orientação aos profissionais das escolas, além de oferecer os seguintes serviços: Núcleos de Educação Especial/NUESP – implantados nos 78 municípios com 160 técnicos especializados em educação especial com objetivo de, identificar as

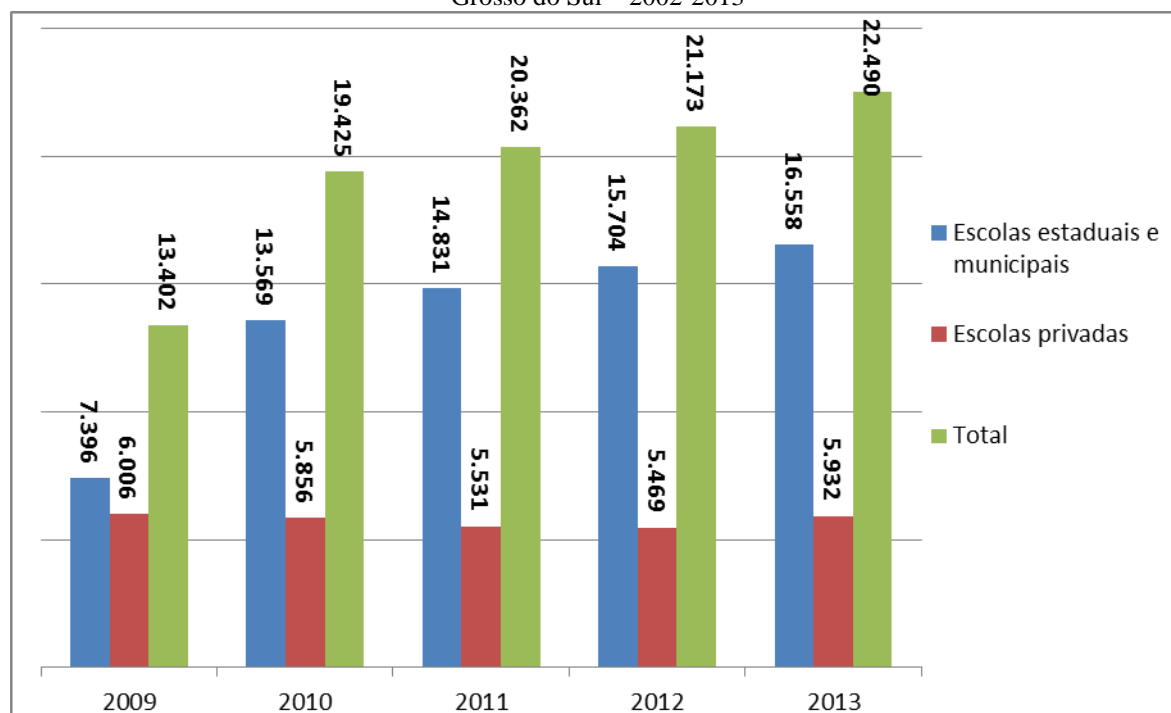
necessidades educacionais especiais dos alunos, encaminhá-los para atendimento educacional especializado, definir e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, procedimentos didáticos, pedagógicos e práticas diferenciadas, oferecendo assistência aos professores dos serviços da educação especial e de classe comum; acessibilidade nas escolas distribuindo 207 mobiliários adaptados para alunos com paralisia cerebral e realizando adaptações arquitetônicas em parceria com o MEC/FNDE pelo Programa Escola Acessível; 312 professores de apoio no ensino regular para 312 estudantes, desempenhado por profissional que atua principalmente nas atividades pedagógicas, na alimentação, higiene e locomoção para alunos com paralisia cerebral e autismo; 371 professores itinerantes em ambiente domiciliar aos estudantes impossibilitados de frequentar a escola por problemas de saúde, que implique na necessidade de afastamento em caráter temporário do ambiente escolar; 172 tradutores intérpretes para 227 estudantes surdos, 6 Guias – intérpretes para 6 alunos surdocegos; Curso de Libras – realizado por 20 instrutores surdos, pelo Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento as Pessoas com Surdez – CAS, em parceria com 41 municípios para professores, estudantes familiares e comunidade em geral, gratuitamente; Central de Interpretação da Libras – CIL – implantado em parceria com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência, que tem os objetivos de oferecer atendimento especializado e específico às pessoas com deficiência auditiva, por meio de tradução e interpretação, facilitar/viabilizar seu acesso a serviços públicos, informações diversas e ampliar a comunicação e interação entre ouvintes e surdos.

Conta-se ainda com Escolas Especiais – oferecendo apoio a 80 Instituições com a cedência e contratação de 850 profissionais. 235 salas de recursos multifuncionais atendidas por 365 professores, distribuídas em 75 municípios; 16 brinquedotecas, visando a ampliação dos conhecimentos por meio de recursos lúdicos, como brinquedos, jogos, brincadeiras, respeitando o desenvolvimento bio-psicomotor; Núcleo de Altas Habilidades/superdotação que oferece atendimento a alunos com Altas Habilidades/superdotação, matriculados na Rede Estadual de Ensino, com encaminhamentos para sala de recursos multifuncionais, instituições públicas e privadas para potencializar sua superdotação; Centro de Atendimento Pedagógico ao Deficiente Visual – CAP/DV que realiza acompanhamento aos alunos com deficiência visual, orientação e cursos nas escolas, adaptação de materiais para baixa visão e transcrição de livros com fonte ampliada e em Braille; Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento as Pessoas com Surdez-CAS que desenvolve a política de educação para surdos, promovendo a formação continuada em LIBRAS aos profissionais e

alunos surdos, avaliação de tradutores intérpretes, orientam a família e a comunidade, elaboram materiais pedagógicos em libras, bem como, atendimento de língua portuguesa como metodologia de segunda língua e matemática a esses alunos; Centro Estadual de Educação Especial e Inclusiva – CEESPI que oferece atendimentos de fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, inclusão no mercado de trabalho, aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação – CEADA destinado aos alunos surdos onde recebem apoio educacional com profissionais da assistência social, psicologia, fonoaudiologia, terapeutas ocupacionais e intérpretes e instrutores de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e formação continuada em educação especial.

A implantação das políticas públicas e a oferta dos serviços e recursos, possibilitaram o aumento significativo da inclusão dos alunos no ensino regular, conforme podemos observar no quadro a seguir.

Quadro 1 – Número de matrículas de alunos da educação especial nas escolas públicas e privadas de Mato Grosso do Sul – 2002-2013



Fonte: Plano Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul (2014, p. 35).

Com a ampliação dos alunos com NEE à escola comum, percebemos a necessidade do envolvimento de todos na inclusão, pressupondo mudanças na organização da escola, na prática pedagógica, na valorização das diferenças e dos conhecimentos, de modo a superar os modelos tradicionais de ensino, que não considera a especificidade de cada aluno do ensino

regular, oferecendo atendimento educacional especializado a estudantes público-alvo da educação especial.

O atendimento educacional especializado, citado desde a Constituição Federal (1988), foi regulamentado a partir do decreto 6571/2008 que em seu Art.1 diz:

A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. (BRASIL, 2008)

Até a criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva em 2007, as salas de recursos da Rede Estadual de Ensino eram divididas por área de deficiência, conforme quadro a seguir:

Quadro 2 – Sala de Recursos por área de deficiência

Área	Quantidade de Salas	n. de alunos
Deficiência intelectual	97	915
Deficiência auditiva	34	262
Deficiência Visual	10	71

Com a publicação do Decreto 6571/2008 e com a elaboração da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008), o Ministério da Educação criou o Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais (BRASIL, 2010), com o objetivo de apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, oferecido como complementação para os alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento ou suplementação a alunos com altas habilidades/superdotação, viabilizando às escolas públicas itens para compor as salas de recursos multifuncionais como: mobiliários, equipamentos de informática, materiais pedagógicos e de acessibilidade, para a organização do espaço de AEE, recursos financeiros para formação continuada. Sendo de responsabilidade do sistema de ensino o espaço físico, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade e a contratação do professor.

As diretrizes operacionais para o AEE foram regulamentadas pelo Decreto 6571/2008, revogado pelo Decreto 7611/201 e pela Resolução CNE/CEB 04/2009.

O atendimento é oferecido no contra turno da escolarização, tendo como critério principal a matrícula do aluno nas classes comuns, em uma das etapas, níveis ou modalidade

da educação básica, sendo admitida matrícula dupla desse aluno para receber recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, detalhe esse que possibilitou a implantação de mais salas de recursos multifuncional, aumentando assim, o número de atendimentos aos alunos, que segundo o resumo do censo escolar de 2014, apresenta 235 salas de recursos multifuncional com 3.675 alunos atendidos. (MATO GROSSO DO SUL, 2014)

3 CAMINHOS PERCORRIDOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Esse trabalho foi realizado a partir da constatação do seguinte problema: como o professor atua nas salas de recursos multifuncionais? Para responder a essa questão, alguns questionamentos foram levantados, como: o local que funciona a sala é condizente com o perfil dos alunos que atende? Como acontece o apoio e a orientação da equipe especializada para alcançar os objetivos do AEE? Como o professor organiza seus estudos e planejamentos? Utilizamos a pesquisa-ação como metodologia de trabalho para investigar as construções dialógicas de saberes dos professores das salas de recursos multifuncionais, participando e mediando as discussões para verificar as dificuldades encontradas para realizar o AEE. Consideramos essa metodologia elemento propulsor para transformação da realidade dos professores envolvidos no processo de inclusão, visto a possibilidade de reflexão sobre sua prática a partir da colaboração e compartilhamento de conhecimentos. Segundo Lopes Jr,

A organização do trabalho docente a partir de uma perspectiva que contemple e estimule a realização de encontros, discussões e encaminhamentos dentro do ambiente do professor, vem se mostrando uma potente ferramenta para promover o desenvolvimento de práticas que possam resultar em ações e mudanças de posturas mais significativas, sobretudo quando imaginamos o professor como protagonista de seu processo de formação e produção de conhecimentos. (LOPES, JR, 2001, p.94)

Diante disso, a construção coletiva do trabalho e o processo de coleta de dados começaram a ser sistematizados a partir da observação, discussão e reflexão da prática pedagógica de cinco professoras das salas de recursos multifuncional, de cinco escolas estaduais. As reuniões aconteceram quinzenalmente, durante três meses. Os dados obtidos nas reuniões foram registrados por meio de diário de campo e gravação. As informações foram adquiridas a partir de entrevista com a coordenadora da Coordenadoria de Políticas para a Educação Especial/Secretaria de Estado de Educação/MS e análise de documentos oficiais.

Atualmente, no município de Campo Grande, existem 41 salas de recursos multifuncionais, atendidas por 11 equipes, compostas por psicólogos e pedagogos. As cinco professoras participantes da pesquisa, atuam nas salas de recursos multifuncionais da Escola Estadual Ada Teixeira (professoras 1 e 2), da Escola Estadual Demóstenes Martins (professoras 3 e 4) e da Escola Estadual Antônio Delfino (professora 5).

Os espaços destinados a esse atendimento encontram-se bem estruturados, arejados, com mobiliários e equipamentos adequados, recursos de tecnologia e materiais didáticos pedagógicos, recebidos pelo Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais/MEC.

Essas salas de recursos multifuncionais realizam atendimentos nos períodos matutino e vespertino, para 93 alunos com deficiência intelectual, 21 com paralisia cerebral e 8 com autismo.

O AEE é oferecido no turno inverso da escolarização, para alunos da própria escola ou de escolas próximas, com frequência de até três vezes por semana, duas horas diárias. Os alunos são atendidos em grupos organizados de acordo com a necessidade específica e idade, ou individualmente quando necessário. Entretanto, percebemos que as professoras se organizam de acordo com a realidade apresentada, conforme relato verbal da professora 1, "*a princípio a orientação das técnicas do NUESP é que devemos formar os grupos por idade, tipo de deficiência e ano matriculado, mas percebemos que alguns grupos desenvolveram melhor quando formados por diferentes níveis de conhecimento porque um ajuda o outro*".

Os professores são acompanhados pelos técnicos do Núcleo de Educação Especial, criado pela Resolução SED n. 2.506, de 28/12/2011, que em seu Art.XII prevê a orientação e acompanhamento da prática pedagógica:

professores de classes comuns nas atividades desenvolvidas com alunos com necessidades educacionais específicas; dos profissionais que atuam nos atendimentos educacionais especializados tradutor intérprete, guia-intérprete, instrutor mediador, classes hospitalares, itinerante domiciliar, professor de apoio em classe comum, brinquedoteca, salas de recursos multifuncionais. (MATO GROSSO DO SUL, 2011, p. 2)

Constatamos a presença das referidas técnicas durante os encontros realizados para o desenvolvimento da pesquisa, entretanto conforme relato da professora 4 isso não é rotina:

"nem sempre as técnicas participam conosco das discussões e planejamentos, mas quando precisamos só entrar em contato que elas comparecem".

Quanto à elaboração de planejamento, os professores dispõem de quatro horas semanais, e quinzenalmente realizam encontro para trocas de experiências e estudo de caso. Durante as reuniões foram abordados temas como o desempenho e as mediações realizadas a partir de estudos de caso dos estudantes atendidos nas salas de recursos multifuncionais. Dúvidas e discussões em como melhorar o atendimento ao aluno com deficiência intelectual com distorção idade/ano escolar, sem alfabetização; como melhorar a comunicação do aluno com paralisia cerebral para avaliar seu conhecimento e se a prática pedagógica utilizada está adequada e como trabalhar com alunos com autismo, foram pautas constantes e angústias manifestadas em busca da elaboração das propostas de trabalho durante os encontros.

"Minha maior dificuldade é trabalhar com o aluno autista, é um assunto muito novo, e cada dia tenho um desafio diferente, pois nunca sei como ele responderá, nunca participei de curso nessa área"
(Professora 5)

"Tenho um aluno com paralisia cerebral que não se comunica, quando quer algo olha para direita, estava com muita dificuldade para encontrar uma forma de comunicação, algumas ideias surgiram aqui no encontro". (Professora 3)

A partir das construções dialógicas foram pontuadas as necessidades de mudanças, buscando alternativas para amenizar as dificuldades bem como a realização de algumas intervenções, com o objetivo de atender com efetividade os estudantes público-alvo da educação especial.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES

Considerando que sociedade, é o conjunto de pessoas que interagem de forma organizada, que compartilham ideias, ideais, lutas, compromissos, intenções, gostos, preocupações e hábitos, percebemos que na prática encontramos situações contraditórias, como as que ocorrem na inclusão. Ao falar de escola “inclusiva” observamos profissionais com atitudes condicionadas apenas com a convivência e não com o compromisso de promover igualdade de oportunidades. O acesso às escolas regulares, previsto em leis, tem aumentado anualmente, o que não garante que esteja ocorrendo transformações reais nesse espaço, como eliminação de barreiras, mudanças de paradigmas e na prática educacional. Fala-se em trocas de experiências, mas quando se refere a aprendizagem dos conteúdos científicos exigidos pelo currículo, percebemos que a metodologia tradicionalista ainda é a

utilizada causando assim, exclusão dentro da própria inclusão, pois as especificidades dos alunos com NEE não são consideradas.

Mantoan (2003) afirma que:

sempre existe a possibilidade de as pessoas se transformarem, mudarem suas práticas de vida, enxergarem de outros ângulos o mesmo objeto/situações, conseguirem ultrapassar obstáculos que julgam intransponíveis, sentirem-se capazes de realizar o que tanto temiam, serem movidas por novas paixões. Essa transformação move o mundo, modifica-o, torna-o diferente, porque passamos a enxergá-lo e a vivê-lo de outro modo, que vai atingi-lo concretamente e mudá-lo, ainda que aos poucos. (MANTOAN, 2003, p. 6)

Diante disso, para que a inclusão aconteça é preciso um olhar individual nas potencialidades dos alunos e não somente nas limitações, é necessário também articulação profissional, para que ocorram trocas e mudanças significativas na prática pedagógica e, conseqüentemente nos resultados desejados.

Constantemente ouvimos relatos de professores sobre as dificuldades de atuarem com os alunos público-alvo da educação especial, podemos observar isso até com aqueles das salas de recursos multifuncionais. Diversos problemas são encontrados como: a melhor metodologia para trabalhar com os alunos, como deve ser a formação específica, a falta de apoio de profissionais, entre outros, o que nos levou a esta proposta de intervenção para auxiliar os professores na busca de alternativas para superar ou minimizar os problemas encontrados.

Para se falar em inclusão é necessário, acima de tudo, pensar numa mudança de paradigma, valorizar cada um como ser único, com sua cultura, hábitos, vontades, ter consciência da necessidade de prática diferenciada, buscando sempre novos saberes.

Diante da tal complexidade do assunto observa-se nos professores a busca de ações concretas e respostas práticas para suas problemáticas. A maior necessidade é quanto à “construção” dos planejamentos e práticas pedagógicas eficazes no AEE, assunto constantemente abordado durante as reuniões.

As reflexões e trocas de experiências propiciaram novas relações com o conhecimento. As referidas professoras “revelaram ideias” e demonstraram interesses em compartilhá-las sem dar ênfase às dificuldades e sim às potencialidades dos estudantes com NEE. Começaram a avaliar criticamente os resultados do trabalho isolado que desenvolviam, pois cada professor realizava seu planejamento baseado apenas em suas próprias experiências e conhecimentos.

Essas avaliações geraram discussões inclusive sobre os resultados da aprendizagem individual dos alunos, levando os professores a um pensar “coletivo”, para superarem as dificuldades encontradas, buscando melhores alternativas para o desenvolvimento do AEE.

Durante as reuniões foi possível perceber a quantidade de experiências isoladas que deram certo, ou não, que na relação de discussões uns com os outros, deixaram de ser isoladas e tornaram-se coletivas, todas preocupadas com o envolvimento e o desempenho dos educandos, o que de certo modo nos aproximou de um trabalho com características colaborativas. Para Freire (1996, p. 46),

uma das tarefas mais importantes da prática educativa-crítica, é propiciar as condições em que os educandos, nas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora, ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos capaz de ter raiva porque é capaz de amar. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. (FREIRE, 1996, p. 46)

A tarefa de trazer saberes e dúvidas para os encontros foi com o intuito de propiciar uma ação educativa transformadora com uma produção de riqueza material importantíssima na prática educativa-crítica e, à medida que os objetivos das reuniões foram sendo atingidos, os resultados também eram visíveis.

Como o público atendido pelas professoras eram alunos com deficiência intelectual, paralisia cerebral e autismo, as intervenções propostas durante as construções dialógicas foram as seguintes: Melhorar o atendimento ao aluno com deficiência intelectual com distorção idade/ano escolar, sem alfabetização. Foi sugerido além do atendimento em grupo, alguns individuais focando na alfabetização, bem como o encaminhamento para o mercado de trabalho.

Para melhorar a comunicação do aluno com paralisia cerebral, uma das professoras que atende um aluno com essa deficiência, utiliza vocalizador de voz¹ durante as atividades. Em 2013, a SED em convênio com o Ministério de Educação, disponibilizou vocalizadores de voz, a todos os alunos que necessitavam. Ofereceu também, formação continuada, mas somente uma do grupo participou, e se disponibilizou a ensiná-las. Desse modo, novos encontros foram marcados fora dos horários das reuniões para que pudessem compartilhar o uso do recurso. Enquanto isso, surgiu a sugestão de criar fichas para facilitar as respostas do

¹ É um recurso eletrônico de gravação/reprodução que ajuda a comunicação das pessoas em seu dia-a-dia. Através dele, seu usuário expressa pensamentos, sentimentos e desejos pressionando uma mensagem adequada pré-gravada. As mensagens são acessadas por teclas sobre as quais são colocadas imagens (fotos, símbolos, figuras) ou palavras, que correspondem ao conteúdo sonoro gravado. http://www.clik.com.br/attainment_01.html

aluno com paralisia cerebral no desenvolvimento das atividades e utilizar mais no computador.

Com os alunos com autismo, percebemos que os professores apresentam muitas dúvidas nesse atendimento. Todos os estudantes possuem professor de apoio durante as aulas regulares, atendendo a Lei Nº 12.764, de 27/12/12, mas na sala de recursos multifuncional, o trabalho se iniciava individualmente, para se tentar uma maior aproximação/interação. Duas professoras participaram de oficinas sobre o tema, mas nada aprofundado. Desse modo, estão buscando um maior conhecimento sobre o método TEACH² para tentar aplicar no AEE, como constatamos no relato da professora 2, *“como um aluno é diferente do outro, o uso do programa TEACH é uma alternativa com possibilidade de gerar mais resultados.”*

Quanto a formação dos professores, quatro possuem especialização em educação especial, uma está sendo capacitada em serviço pois tem vários anos de experiência e todas participaram das formações oferecidas pela Secretaria de Estado de Educação/SED.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela inclusão foi conquistada por vários movimentos sociais, tornando-se uma proposta política de mundo e para que aconteça com responsabilidade e qualidade é necessário mudar paradigmas, equiparar oportunidades, valorizar as potencialidades, considerar as características dos alunos com NEE, criar métodos, alternativas e recursos que deem conta de atender a todas as necessidades dos saberes.

Constatamos que a inclusão é um processo que está em construção nas escolas pesquisadas, existe o comprometimento dos órgãos responsáveis e dos profissionais envolvidos, porém mesmo com o apoio dos técnicos do NUESP, com os cursos oferecidos, com os espaços adequados, com os materiais pedagógicos disponibilizados, com os grupos de discussões, os professores do AEE apresentam sentimento de solidão, frustração, sofrimento, indignação, ansiedade de forma intensa, diante das diferenças e dificuldades que os alunos apresentam.

Assim, verificamos que a mediação e as discussões nos encontros tiveram extrema importância e resultaram em mudanças significativas no dia-a-dia de cada professor, pois

² O TEACCH se baseia na adaptação do ambiente para facilitar a compreensão da criança em relação a seu local de trabalho e ao que se espera dela. Por meio da organização do ambiente e das tarefas de cada aluno, o TEACCH visa o desenvolvimento da independência do aluno de forma que ele precise do professor para o aprendizado de atividades novas, mas possibilitando-lhe ocupar grande parte de seu tempo de forma independente. <http://www.universoautista.com.br/autismo/modules/works/item.php?id=8>

encontraram alternativas para atuar com os alunos. O cooperativismo minimizou o sentimento de solidão e a sensação de não ser o único com dificuldades, possibilitando um canal de comunicação e troca, onde um apoia o outro, sendo responsáveis por seu processo de conhecimento, atuação e atualização.

DIALOGICAL KNOWLEDGE CONSTRUCTIONS OF THE TEACHERS OF THE MULTIFUNCTIONAL RESOURCE CLASSROOMS

ABSTRACT

Considering the importance of specialized educational services guaranteed to students with special educational needs, since the Federal Constitution of 1988, the need arose to analyze the constructions in dialogical ways of knowing of teachers of multifunctional resource classrooms of the state schools in the municipality of Campo Grande – MS. The analysis was conducted using the qualitative approach of research. The data were collected from documentary research as the methodological procedure of work we use the action research participating in and mediating the discussions and reflections held fortnightly for five teachers from five schools in the state. After the analysis of the data, we observe that the discussions were focused on the potential of the students, in the planning and strategies used for their learning. We perceive the experiences isolated based on their own activities and expertise and, that in the discussions are no longer isolated and have become collective and several alternatives were found and suggested to minimize the learning difficulties of the students. The spaces dedicated to the care are appropriate, well structured, airy, with furniture and appropriate equipment, resources, technology and teaching materials teaching. There is the commitment of the responsible agencies and professionals involved, however, the teachers expressed feeling of loneliness, frustration, sorrow, indignation, anxiety so intense. In view of the above, we see the importance of exchanging experiences that have resulted in changes in the pedagogical practice of the teacher. We realize that the cooperative movement has minimized the feeling of loneliness, the feeling of not being the only one with difficulties and allowed for a communication channel, in that one supports the other, being responsible for the process of knowledge, expertise and update.

Keywords: Inclusion; Specialized educational system; Special education.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Imprensa Oficial, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 13 de junho de 2015.

_____. **Lei N° 10.098, de 23 de março de 1994**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10098.pdf>. Acessado em 5 de fevereiro de 2015.

_____. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre a necessidades educativas especiais**. Brasília. Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de direitos humanos, 1997.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>, acessado em 13 de junho de 2015.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acessado em 22 de fevereiro de 2015.

_____. **Decreto Nº 6.571, 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=DEC&num_ato=00006571&seq_ato=000&vlr_ano=2008&sgl_orgao=NI. Acessado em 18 de janeiro de 2015.

_____. **Resolução CNE/CEB Nº 04 de 2 de outubro de 2009.** Brasil, 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acessado em 15 de janeiro de 2015.

_____. **Manual de orientação: programa de implantação de sala de recursos multifuncionais.** Ministério de Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acessado em 6 de março de 2015.

_____. **Decreto Nº 7.611, 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acessado em 15 de janeiro de 2015.

_____. **Lei Nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Plano Viver sem Limite. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm. Acessado em: 24 de março de 2015.

_____. **Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acessado em: 12 de fevereiro de 2015.

_____. **Manual do programa escola acessível.** Ministério de Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/manual_programa_escola_acessivel.pdf. Acessado em 15 de janeiro de 2015.

CARBONARI, V. L. G. **informática educativa e a concepção dos professores das salas de recursos de deficiência auditiva da rede municipal de ensino de Campo Grande/MS.** 167 Fls. (Mestrado em Educação) Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia** - Saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996.

LOPES, J. R. **Práticas pedagógicas desenvolvidas no ensino de função: uma abordagem antropológica**. 212 fls (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. 2011.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Relatório dos Serviços Desenvolvidos pela Coordenadoria de Políticas para Educação Especial. Gestão 2010/2013. Campo Grande. SED/COESP, 2010. 19 p.

_____. **Resolução SED n. 2.506, de 28/12/2011**. Secretaria de Estado de Educação. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/33390860/doems-29-12-2011-pg-17>. Acessado em 15 de janeiro de 2015.

_____. **Censo Escolar**. Secretaria de Estado de Educação. Coordenadoria de Estatística. Gestão 2010/2013. Campo Grande. Estatística/SUPAE/SED.

_____. **Plano estadual de educação, 2014**. Secretaria de Estado de Educação. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/67/2015/05/pee-ms-2014.pdf>. Acessado em 20 de fevereiro de 2015.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990, 8p. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm, acessado em 22 de abril de 2015.

Recebido em 29 de julho de 2016. Aprovado em 15 de outubro de 2016.